

INTRODUÇÃO

J. Cadima Ribeiro

NIPE e Lab2PT, Universidade do Minho,
<https://orcid.org/0000-0002-4434-0766>
<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.176.2>

Naquela 5^a feira de abril de 1974, pelas 8h10, o estudante cuja vivência aqui se invoca seguia no autocarro que ligava a Marinha Grande a Leiria, a caminho do Liceu Nacional de Leiria. Já na entrada da cidade de Leiria, o autocarro cruzou-se com um veículo militar cujos ocupantes esboçaram uma saudação para os utilizadores do autocarro, exibindo um braço erguido com os dedos em V.

Por essa mesma hora, aproximadamente, em Lisboa, uma força da Guarda Nacional Republicana (GNR) desistia de uma tentativa de cerco às tropas provenientes de Santarém comandadas pelo Capitão Salgueiro Maia. Outro tanto se passaria algum tempo depois, primeiro, com o pelotão de *chaimites* e *panhards* que acorrera ao Terreiro do Paço em defesa do regime político vigente, de seguida, com

os oficiais da Polícia Militar que guardavam os Ministérios aí instalados e, finalmente, com a coluna do Regimento de Cavalaria 7, que também aí ocorrera e cujo oficial foi desobedecido pelos soldados que comandava (Fonseca e Saraiva, 2024; Léonard, 2024).

Algumas horas antes, Marcello Caetano havia-se refugiado no quartel da GNR, localizado no Largo do Carmo. Dessa evolução fora informado, pelas 6h37, Otelio Saraiva de Carvalho, instalado no Posto de Comando na Pontinha, a que se sucedeu a leitura na rádio de um novo comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA). Nele, apelava-se às forças militarizadas e policiais para se absterem de intervir na rebelião militar em curso, sob pena de lhes vir a ser aplicada severa punição (Fonseca e Saraiva, 2024).

Chegado ao liceu, o estudante a que nos referimos antes dirigiu-se para a aula programada, no caso, a de Filosofia. A professora, bastante jovem, aguardava na sala a entrada da turma. Olhando-a, percebia-se nela um sentimento misto de surpresa e emoção. A perplexidade do grupo era patente. No momento em que deveria iniciar-se a aula, a professora dirigiu-se ao grupo sublinhando o momento inédito que o país vivia, conforme as notícias que iam chegando de Lisboa, e propondo, alternativamente, que a turma ficasse a escutar a rádio, seguindo os acontecimentos que iam sendo noticiados. Para tanto, havia trazido um pequeno transístor, que pôs em funcionamento. Foi desta forma que foi ocupado todo o tempo da aula. Volvido esse tempo, foi recebida indicação da direção do liceu de que não se realizariam mais quaisquer aulas nesse dia, e os estudantes foram mandados regressar às respetivas casas.

Por essa hora já havia sido ultrapassado o momento crítico vivido na Ribeira das Naus, quando Salgueiro Maia se dirigiu ao comandante dos carros de combate que se propunham fazer frente às suas tropas e que, em resposta à indicação de rendição que lhe deu, havia ordenado que fosse disparado sobre Salgueiro Maia, ordem que não foi obedecida pelo cabo-apontador José Alves Costa (Fonseca e Saraiva, 2024). Ultrapassados os vários obstáculos que as forças mobilizadas para defender o regime foram levantando desde a madrugada

e até meio da manhã, às 11h30 do dia 25 de abril partiam do Terreiro do Paço duas colunas militares das forças ao dispor do MFA, uma em direção ao quartel-general da Legião Portuguesa e outra em direção ao quartel do Carmo, esta, comandada pelo Capitão Salgueiro Maia (Léonard, 2024). A população já se encontrava na rua, ocorrendo em grande número aos locais em que os principais acontecimentos iam decorrendo, com destaque para o Largo do Carmo e a sede da polícia política do regime, a PIDE/DGS (Léonard, 2024; Oliveira, 2024).

A propósito do momento histórico que viveu, vale a pena dizer que o estudante liceal cuja vivência no dia 25 de abril de 1974 aqui se reporta habitava numa pequena localidade a meio caminho entre Leiria e a Marinha Grande, tendo tido como companheiros de escola primária e tendo como vizinhos alguns trabalhadores vidreiros da Marinha Grande, para onde, em dias de trabalho, faziam caminho em bicicleta ou motorizada. Daí resultou a circunstância de, desde início do 4º trimestre do ano precedente, lhe terem feito chegar comentários que davam conta da expectativa de uma importante reviravolta no panorâmico político nacional, a acontecer num horizonte de não muito largo prazo. O fracasso do levantamento militar das Caldas da Rainha, de 16 de março desse mesmo ano, não parece ter enfraquecido essa expectativa.

Sobre este levantamento militar escreveu Yves Léonard (2024, p. 38) que “Persiste ainda hoje a dúvida quanto à origem dessa insurreição, se teria sido espontânea ou encorajada em segredo pelo círculo de Spínola”. Lembre-se que o General António de Spínola se encontrava desde há algum tempo em rotura com Marcello Caetano, tendo publicado a 22 de fevereiro de 1974 um livro crítico do regime político vigente, com o título *Portugal e o Futuro* (Léonard, 2024).

Do que se reporta em matéria de testemunho e do que se recorda da adesão popular espontânea aos movimentos militares que, em Lisboa, conduziram à queda do regime, percebe-se que o *25 de Abril de 1974* tenha resultado, nos termos de Fonseca e Saraiva (2024, p. 9), numa das “mais impressionantes algazarras de liberdade, loucura, e inocente destrambelhamento coletivo que o modesto povo

português viveu”. De celebração, alegria e liberdade também fala Soares (2024, p. 10), acrescentando que “A Revolução de abril foi um processo único. Quem o viveu e nele participou não o esquecerá”. Fischer (2024, p. 17), por sua vez, escreveu que aquele “foi, muito provavelmente, o golpe militar mais bonito de que há memória”.

Thomas Fischer tinha na ocasião 19 anos e morava na cidade de Colónia, na República Federal Alemã, e, com muitos outros jovens alemães, olhava para “o mundo lá fora, torcendo pelo fim da guerra no Vietname e pelo derrube das várias ditaduras no sul da Europa – em Espanha, na Grécia e em Portugal” (Fischer, 2024, p. 18). Depois de ter visitado Portugal pela primeira vez em 1975, em 2020 obteve a nacionalidade portuguesa.

Porventura, em grande parte, estará também aí, quer dizer, nas circunstâncias absolutamente singulares em que foi reposta a democracia em Portugal, a razão porque a passagem dos 50 anos da revolução tenha sido/esteja a ser vivida pelos portugueses de forma tão emotiva e participada, de que o multiplicar de eventos comemorativos, programas televisivos e livros publicados evocativos será testemunho. Por essa razão, secundamos plenamente a afirmação de Fonseca e Saraiva (2024) de que, bem mais do que comemorados, os 50 anos de abril de 1974 foram/têm sido festejados. Isto, pese a grande maioria da população portuguesa já não ter vivido os tempos sombrios do fascismo, e muito menos tenha tido a oportunidade de participar naqueles dias felizes da revolução (Soares, 2024), que o foi, também, por força da adesão popular que imediatamente conquistou.

Nesse sentido, “O *25 de Abril*, separa nitidamente um antes e um depois” (Léonard, 2024, p.12). Com o evoluir das horas e dos acontecimentos, foi-se apoderando dos milhares de pessoas que acorreram às ruas um sentimento de alegria sem limites, enquanto reclamavam o fim do fascismo e a restauração da Liberdade (Léonard, 2024). Para tanto ajudou, igualmente, a programação musical que as rádios adotaram a partir de certo momento, com destaque para a música de intervenção, de Zeca Afonso a muitos outros.

Referindo-se à questão da percepção do alcance do que sucedeu naquele dia pelas gerações do presente, Santos (2024), sublinhou a dificuldade que terão todos aqueles que sempre viveram em liberdade de imaginar o que era o país até então, onde os filmes eram cortados, os livros censurados, onde era interdito ler certos livros e até se podia ir para a cadeia por ouvir o canal inglês de rádio BBC. Acresce-se a curiosidade de ter sido necessário esperar por fevereiro de 1975 e pela revisão da Concordata de 1940, celebrada entre Portugal e o Vaticano, para que tivesse passado a ser possível o divórcio civil dos casamentos religiosos (Santos, 2024). Dessa circunstância resultava a existência no país de alguns milhares de filhos de “pai incógnito”, ou até, por paradoxal que pareça, de “mãe incógnita”.

Conforme enuncia Léonard (2024), uma revolução não se resume a um golpe de Estado. Isso, mesmo que tenha resultado de iniciativa popular ou que tenha sido amplamente participada. Uma revolução significa uma mudança radical na forma de pensar o exercício do poder e pensar a organização e evolução da sociedade nas suas diferentes dimensões, no quadro de uma matriz histórica e cultural singular. “Mais ou menos liberal, mais ou menos democrática e social, cada uma tem que ser única ou então exemplar” (Léonard, 2024, p.11).

A propósito, lembre-se que “O primeiro congresso dos combatentes do Ultramar”, exaltando a guerra e a defesa do império colonial, realizado no Porto em junho de 1973, desencadeou num grande número dos oficiais do quadro permanente das Forças Armadas um sentimento de revolta (Léonard, 2024; Oliveira, 2024). A publicação em julho de 1973 de um Decreto-Lei que permitia aos oficiais milicianos progredir na carreira mais rapidamente que os oficiais do quadro permanente, mais exacerbou essa revolta, acabando por estar na génese da constituição de um “Movimento de Capitães” (Oliveira, 2024), onde assumiram protagonismo principal Otelo Saraiva de Carvalho, Melo Antunes, Vitor Alves e Vasco Lourenço (Léonard, 2024). Tendo surgido como um movimento corporativo, rapidamente assumirá um cariz político, que se vai avolumando à medida que o tempo foi decorrendo e foi sendo comprovada a incapacidade do regime de dar

resposta às suas preocupações. A guerra colonial e a necessidade de encontrar uma saída para os conflitos que grassavam nas colónias africanas tomou aí um papel cimeiro (Oliveira, 2024).

A associação dos cravos ao momento transformador desencadeado, por circunstancial acaso da oferta de cravos vermelhos a alguns soldados por parte de uma trabalhadora de uma loja sedeadada na baixa lisboeta (Celeste Martins Caeiro), mais reforça a dimensão emocional e festiva daquele e justifica a forma como nesta ocasião foi/é evocado. Outro tanto vale para outra associação simbólica ao *25 de Abril de 1974* e ao desencadear do Movimento das Forças Armadas: a das canções “E depois do adeus”, de Paulo de Carvalho, e “Grândola, Vila Morena”, de José Afonso, particularmente esta, que se refere a uma “Terra de Fraternidade”, onde “Em cada rosto [há] igualdade”, e é detentora de uma sonoridade inconfundível, inspirada no som do *cante* alentejano. Acabou por, rapidamente, tornar-se o hino do *25 de Abril*. Onde quer que se celebre o *25 de Abril*, é incontornável que seja cantada.

Curiosamente, como foi geralmente assinalado nos relatos disponíveis sobre o planeamento da ação militar revoltosa, a “Grândola, Vila Morena” não foi a primeira canção escolhida para servir de senha no desencadear do Movimento das Forças Armadas, mas, antes, a canção “Venham mais cinco”, igualmente de José Afonso. Tendo sido apurado à última da hora a inviabilidade de emitir na rádio essa canção, por força de estar interdita de passar na Rádio Renascença, canal de difusão nacional escolhido para emitir a senha de arranque da operação, optou-se por “Grândola, Vila Morena” (Oliveira, 2024). A canção “E depois do adeus” foi usada como primeiro sinal do início do Movimento para a área de Lisboa, tendo sido difundida pelos Emissores Associados de Lisboa, que tinham uma cobertura territorial muito limitada (Oliveira, 2024).

Para além da liberdade de expressão e da democracia, com a *Revolução de Abril* veio a autodeterminação dos povos colonizados, a fixação do salário mínimo em 3.300 escudos (o que significou um salto salarial muito significativo para muitos trabalhadores), a generalização

da segurança social, o direito ao subsídio de Natal, a legislação sobre acidentes de trabalho, o aumento do abono de família e de outras prestações sociais, a licença de parto e o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres (Avelãs Nunes, 2024; Silva, 2024). Por referência à fixação do salário mínimo, com expressão no valor antes assinalado, e ao alcance da medida, adiante-se que Carvalho da Silva, ex-secretário geral da CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical) estima que este terá beneficiado mais de 55% dos trabalhadores (Silva, 2024).

Pese o crescimento que a economia portuguesa vinha experimentando desde o início dos anos 60, graças, nomeadamente, à integração, em 1960, de Portugal na EFTA/AECL (Associação Europeia de Comércio Livre), a pobreza permanecia endémica, com Portugal apresentando-se como o país mais pobre da Europa Ocidental, e grande parte da população usufruindo de salários que se situavam entre os mais baixos da Europa (Léonard, 2024). A essa realidade acresciam a debilidade da proteção social existente e a ausência de liberdades públicas, incluindo a sindical, obviamente. Aí e na fuga ao serviço militar obrigatório residiram as razões profundas da emigração em massa para a Europa, a “salto”, que se registaram, e que ditaram a perda pelo país de cerca de 300.000 habitantes entre 1960 e 1970 (Léonard, 2024).

O livro que agora se publica sobre o *25 de Abril* navega essa mesma onda de reconhecimento e celebração, pretendendo acrescentar valor por juntar mais testemunhos aos que foram sendo publicitados noutros canais de difusão, e por integrar vários textos académicos e ensaios que se debruçam sobre a evolução da sociedade e da economia portuguesas nos últimos 50 anos, divulgando estudos e fazendo análises. Como não podia deixar de ser, anotam-se sucessos e coisas menos conseguidas da torrente de esperança que *Abril de 1974* desencadeou. Mesmo que nem tudo tenha sido concretizado de acordo com os ideais que inspiraram o *25 de Abril*, a história da revolução dos cravos permanece como fonte de encorajamento e de esperança (Léonard, 2024). Na dimensão testemunhos, por força das leis da vida, esta constitui uma das derradeiras oportunidades de recolher o que

quiseram reportar alguns daqueles que assistiram e/ou participaram nos eventos associados ao dia 25 de abril de 1974, e aos dos dias e meses que os antecederam e lhe sucederam.

Em razão da natureza diferenciada dos contributos que se pretendeu reunir neste livro, ele apresenta-se estruturado em duas partes. A primeira parte é dedicada à apresentação de testemunhos ou memórias, relatando experiências vividas pelos seus autores no *25 de Abril* ou no período que se lhe seguiu, com relação estreita com o desenvolvimento revolucionário de *25 de Abril de 1974*, e a segunda parte inclui textos de divulgação científica ou ensaios originais abordando temas diversos, perspetivados a partir do leque de formações e labor académico dos autores que foi possível reunir neste projeto editorial.

Sendo todos singulares, na parte do livro dedicada aos testemunhos, para além de testemunhos, em sentido estrito, podem encontrar-se peças documentais, como é caso do texto encurtado do extraordinário discurso proferido por José Manuel Mendes em 26 de abril de 1974, em Braga, na Praça do Município, para milhares de cidadãos que aí se juntaram, e o próprio comunicado original do Movimento das Forças Armadas (1º comunicado), distribuído em 24 de abril ao oficial miliciano Wladimir Brito, colocado num dos quartéis militares (CICA) então existentes na Figueira da Foz, já no quadro do plano de ações específicas a operacionalizar no âmbito do Movimento militar. Para quem viveu o *25 de Abril de 1974*, não é possível ler esses textos sem que deles transpire uma enorme emoção, e sejamos conduzidos para as vivências e emoções de cada um nessa data. Esse sentimento é acentuado quando se lê o contributo de Mário Tomé, *Capitão de Abril*. Esses documentos, dizíamos, remetem-nos para um momento marcado pelos elementos simbólicos de “Em cada esquina um amigo”, e na mão flor rubra, como escreveu José Manuel Mendes.

Mas antes de 26 de abril, houve a 5ª feira, *25 de Abril de 1974*, e os tempos que os antecederam. Disso fala José António Pereirinha, que *estava lá*, no Largo do Carmo, em Lisboa, na tarde do dia 25 de

abril de 1974, e que viveu “bem perto dos protagonistas, a incerteza do desfecho”. E viu, também bem perto de si, a Chaimite que transportou Marcello Caetano para fora do quartel, assim fazendo cair o regime. Dos anos prévios à *Revolução*, entre outras vivências pessoais, também se refere à invasão do ISCEF (mais tarde denominado ISE e atualmente ISEG), em maio de 1972, pela polícia de choque e ao assassinato pela polícia política, em plena reunião de estudantes, do colega Ribeiro Santos, em outubro de 1972. “Na Universidade vivia-se num oásis de liberdade, num contexto nacional de grande repressão”.

Da sua vivência, em Lisboa, do dia 25 de abril de 1974 falamos igualmente Moisés de Lemos Martins, com a curiosidade de, na ocasião, ser um estudante de Teologia, no Instituto Superior de Estudos Teológicos, no Seminário dos Vicentinos. Esse contexto serve-lhe de pretexto para fazer uma detalhada aproximação ao comprometimento com o regime fascista até ao desencadear da *Revolução de 1974* de uma grande parte da hierarquia religiosa nacional, com o Cardeal Cerejeira à cabeça, por contraponto com a existência de um significativo setor católico progressista. A esse propósito, tem a oportunidade de recordar a jornada que alguns deles promoveram a 30 de dezembro de 1972, na Capela do Largo do Rato, tomando posição contra a Guerra Colonial. Num misto de registo testemunhal e ensaio sobre o *25 de Abril*. e alguns acontecimentos que o antecederam e outros que lhe sucederam, Moisés Martins, conclui o seu texto deixando-nos a informação que voltou, em 2024, a estar na manifestação evocativa do *25 de Abril de 1974* que se realizou na Avenida da Liberdade, em Lisboa, “no meio de uma multidão assombrosa, no Portugal democrático, talvez uma multidão apenas comparável à do Primeiro de Maio de 1974”. Tamanha mobilização humana terá sido, porventura, uma forma de exorcizar “os demónios do tempo presente”, especula.

Se na tarde de 25 de abril de 1974 Moisés de Lemos Martins estava na esquina da Calçada do Sacramento, à entrada do Largo do Carmo, “pronto para correr Calçada abaixo, em caso de emergência”, e se nessa mesma tarde José António Pereirinha *estava lá*, isto é, no Largo do Carmo, em Lisboa, seguindo de perto o desfecho, incerto,

dos acontecimentos, no dia 24 de abril, na Figueira da Foz, quem estava lá, cumprindo o serviço militar obrigatório, era Wladimir Brito. Conforme relata no seu testemunho, pouco antes do almoço desse dia, foi informado pelo capitão Sousa Ferreira que nessa madrugada iria haver um movimento militar para derrubar o regime político então vigente e restabelecer a Liberdade. Refere-se, bem assim, à circunstância de lhe ter sido atribuída a tarefa de sintonizar a Rádio Renascença, aguardando a emissão da senha – Grândola Vila Morena –, e, na sequência, “tomar o Centro de Comunicações do CICA2 e controlar todas as comunicações do e para o Quartel”.

Se, como já foi dito, a *25 de abril de 1974*, na tarde desse dia, José António Pereirinha e Moisés de Lemos Martins estavam lá, isto é, no Largo do Carmo, ou muito perto, no meio de muitos milhares de outros portugueses, seguindo de perto os acontecimentos que iriam conduzir à rendição de Marcello Caetano e há queda do regime fascista, Pedro Bacelar de Vasconcelos encontrava-se no Sul de França, onde tinha chegado pouco antes, “a salto”. Seis meses antes, tinha desertado do serviço militar obrigatório, tal sucedendo à circunstância de aos 21 anos, em 1972, ter sido condenado em processo disciplinar pela Universidade de Coimbra e, por isso, perdido o direito a adiamento do serviço militar. Sobre a notícia do golpe militar diz que esta gerou dúvida e perplexidade na comunidade emigrante, que se foi dissipando com as imagens recebidas das manifestações do 1º de Maio, e, logo, com claro o decisivo apoio popular aos militares insurgentes, bem como com as imagens referidas à libertação de presos políticos, à extinção da PIDE e ao regresso do exílio de Álvaro Cunhal e Mário Soares.

O texto de Mário Tomé, *Capitão de Abril*, mais do que aos acontecimentos particulares do dia 25 de abril de 1974, trás para o debate o “novembrismo” e os “novembristas”. Sublinha-se, dessa forma, que a revolução do *25 de Abril* não foi o acontecimento de um ou de dois dias, mas, antes, de muitos mais dias. Para Mário Tomé, em concreto, o seu *25 de Abril*, durou 19 meses, “até ao 25 de novembro dos vampiros pós-modernos”. Antes da “Alvorada em Abril”, este

Capitão de Abril, então colocado em Olossato, Guiné, tinha no outono de 1970 pedido a demissão do Exército alegando estar contra a guerra e contra o governo de Caetano, o que objetivamente foi desvalorizado pela hierarquia militar.

Fazendo pontes entre os acontecimentos de há 50 anos e o presente, Mário Tomé, reclama que, se há cinquenta anos o fascismo foi derrotado, se se ganhou a paz, a Liberdade do pensamento crítico e a admiração do mundo, “hoje, sob a dominação dos vampiros pós-modernos, Portugal tem como forma de existência a obediência servil, por interposta UE, ao *diktat* do estado imperialista norte-americano”. Subscrevendo-se ou não tal leitura dos ditames da dinâmica social e política e posicionamento presentes do nosso país, não custa concordar com a ideia implícita de que a celebração dos 50 anos do *25 de Abril* é uma oportunidade para que se reflita sobre o que ficou por concretizar dos objetivos enunciados da revolução e sobre os caminhos a seguir nas diferentes dimensões de aprofundamento da democracia, coesão social e desenvolvimento do país e bem-estar das suas gentes.

Também numa abordagem mais centrada no período posterior ao *25 de Abril* do que nos acontecimentos desencadeadores da mudança, política, económica, social e cultural em Portugal, se oferece o testemunho de José Miguel Braga, que, em todo o caso, diz enfaticamente, que “O *25 de Abril* salvou-nos do desespero, da iminência da prisão e, sobretudo, da guerra colonial”. Tal como o estudante que invocamos nas primeiras linhas da Introdução, José Miguel Braga era na ocasião um estudante liceal (neste caso, no Liceu Sá de Miranda, em Braga), que foi a sua “casa da revolução”. Entretanto, como sugerido pelo título que atribuiu ao seu texto, nas memórias que decidiu comunicar-nos o foco principal vai para a sua vivência na Universidade do Minho (UM, na designação que adotou e que era comum ser usada nas primeiras décadas de existência da instituição). Como anota, a Universidade do Minho estava a dar os primeiros passos, com aulas a acontecerem no Largo do Paço. Só pouco depois, no segundo ou terceiro anos, foi inaugurado o complexo pedagógico da Rua

Dom Pedro V. A vivência do Curso que frequentou, diz, “foi intensa, preocupada e também excessiva. Andei metido em tudo”. Mais adianta que “Apesar das marcas que vinham do passado e das memórias de tempos difíceis mais ou menos inscritas no meu corpo em crescimento, procurava ser feliz e transcender-me”. Num enunciado pessoal dos sinais dos tempos que viveu nesse tempo já remoto, reclama ter orgulho no tempo que viveu enquanto membro de uma comunidade que integrou “uma época que passou e que deu à luz outra época, novas vivências e valores que se renovaram, porque tudo ‘é composto de mudança”’.

Num texto que tem menos a natureza de testemunho pessoal do que de ensaio sobre a evolução do sindicalismo em Portugal, Manuel Carvalho da Silva sintetiza a reflexão e investigação que fez em 2024 para preparar palestras, conferências, colóquios e tertúlias realizadas em variadas instituições e, também, para crónicas e pequenos artigos que publicou e entrevistas dadas, no quadro da “evocação dos 50 anos do *25 de Abril* e da caminhada da Democracia” no país. Sobre si, adianta que ingressou no mercado de trabalho no início de 1966, na condição de trabalhador por conta de outrem, estatuto que manteve até hoje, com um interregno de 40 meses para cumprir o serviço militar obrigatório e ir à guerra colonial. Foram, diz, essas vivências que o “empurraram” para uma vida de sindicalista, entre 1974 e 2012, e para o estudo das questões do trabalho que o ocupam no presente. Termina a sua reflexão defendendo que “É necessário que os sindicatos recuperem capacidade de influenciar as transformações da sociedade, num contexto em que as injustiças colocam a Questão Social como o grande problema da humanidade”.

A fechar a primeira parte do livro pode ler-se um texto de Ana Gabriela Macedo, com o sugestivo título “*Cravo* e outras Histórias... em jeito autobiográfico”. Aí, diz, propôs-se revisitar brevemente quatro autoras que, “por distintos modos e caminhos vários”, a “têm acompanhado e ensinado a ver o mundo e a pensá-lo”. No essencial, é do estatuto social das mulheres e dos seus desafios emancipatórios que se fala, que, segundo Maria Velho da Costa, uma das autoras do

livro *Novas Cartas Portuguesas*, proibido pelo Estado Novo em 1972, tinham “Tão pouco a perder”. É um texto que tem mais a natureza de ensaio do que de testemunho pessoal e que, portanto, faz bem a ligação com a parte do livro que se segue.

Como foi dito, a segunda parte deste livro é dedicada à divulgação de artigos de índole científica ou ensaios abordando temas diversos, tratados por um conjunto de autores que, respondendo a convite pessoal dos editores, teve a simpatia de se disponibilizar para integrar este projeto. Em todos os casos, trata-se de textos originais que ensaiam olhar para o período de 50 anos, contados a partir da revolução restauradora da liberdade e refundadora da democracia em Portugal. Não são cobertas todas as áreas possíveis de estudo, mas foi-se tão longe quanto possível na abrangência temática e na inclusão de autores, assumindo como restrição uma dimensão não excessiva do livro e a necessária disponibilidade dos autores para se acomodarem aos objetivos e tempos da sua produção. Tendo este projeto editorial sido lançado tardiamente, pretendia-se, ainda assim, que pudesse ser apresentado em 2024.

A segunda parte deste livro abre com um texto da autoria de José Reis, que intitulou “A economia política do *25 de Abril*: a ‘substância do tempo’”, onde defende que “o *25 de Abril* foi político e social, económico e institucional, enfim, foi economia política”. A propósito, acrescenta que essa economia política, materializada ao longo dos anos que medeiam entre abril de 1974 e o presente, não pode “deixar de ser reconhecida como impulsionadora de um ciclo de crescimento económico tão relevante como o da primeira fase da integração europeia. Assim como permite compreender o contraste que se estabeleceu quando a restrição externa resultante da integração monetária e financeira se substituiu às lógicas internas de estruturação da economia e da sociedade”. Nessa leitura, assumidamente, contraria a de autores que insistem em encarar esse período como marcado pela instabilidade e em proclamar a adesão à CEE como o momento em que se recupera a racionalidade e a capacitação da nossa economia.

A terminar a sua análise da evolução da economia portuguesa, José Reis enuncia algumas orientações da estratégia de política que defende. Nesse contexto, reclama que as políticas de emprego e de rendimentos, de alteração da especialização produtiva, onde deverá tomar papel central a reindustrialização, e de promoção de atividades qualificadas são essenciais para que se contrariem os problemas demográficos e migratórios que o país enfrenta e, logo, se deem passos essenciais para ultrapassar a inserção subalterna em cadeias produtivas internacionais que Portugal tem assumido. No quadro dessas propostas de política é feita, também, referência à necessidade de adoção de uma política de cidades e do território, que diz ser “a mais ausente das políticas públicas atuais e que não pode deixar de incluir os objetivos da estruturação produtiva e da consolidação de emprego”.

O texto da autoria de António F. Tavares trata a organização do Poder Local ao longo dos 50 anos iniciados na revolução democrática. Começa por assinalar que Portugal viveu um prolongado período de centralização e ausência de autonomia local durante o período do Estado Novo, o que contrastava, desde logo, com a autonomia que havia sido conquistada durante o liberalismo. O grande salto nessa matéria deu-se com a aprovação da Constituição da República de 1976, onde foram consagradas a autonomia política, financeira, patrimonial e administrativa das autarquias locais, ficando a tutela administrativa exercida pelo governo a estar limitada a questões de legalidade e regular funcionamento dos seus órgãos. Apesar disso, a descentralização para as autarquias prosseguiu a um ritmo lento, como decorre da percentagem da despesa pública executada a nível local, que, em 2019, não ia além de 13,3% da despesa pública total. Isso leva António F. Tavares a, entre outras políticas a desenvolver, sublinhar a necessidade de se avançar com o processo de regionalização no continente, que “teria evidentes vantagens sob o ponto de vista político e democrático”, para além da existência de governos regionais em Portugal poder assegurar a representação dos interesses das regiões portuguesas junto da União Europeia. A concluir, o autor em referência deixa igualmente claro que são diversos e múltiplos os desafios que, presentemente,

se colocam aos governos locais, dos quais destaca o envelhecimento demográfico, as alterações climáticas e a transição digital.

Com estreita relação com a temática da organização do poder local, Linda Gonçalves Veiga e Francisco José Veiga tratam as Finanças Municipais no *pós-25 de Abril*. Segundo eles, a descentralização política e financeira do Estado no *pós-25 de Abril* conferiu um importante papel às autarquias locais, com destaque para os municípios, quanto à prossecução dos interesses e satisfação das necessidades locais, bem como na coesão territorial. Nesse capítulo, analisam a evolução das finanças municipais após a *Revolução de 25 de Abril de 1974*. Começam por analisar o nível de descentralização das atividades do Estado, recorrendo a dados da OCDE. Depois, utilizando os dados das contas de gerência dos municípios disponibilizados pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), de 1979 a 2022, apresentam e analisam a evolução das receitas e das despesas municipais, assim como dos saldos de execução orçamental e o endividamento dos municípios portugueses.

No grupo de colaborações que foram asseguradas, temos, igualmente, a de Licínio C. Lima, que se propôs elaborar “Um esboço interpretativo [...] das mudanças de política e administração da educação pública em Portugal, desde a Revolução do *25 de Abril de 1974* até à atualidade”, ainda que, como sublinha, seja uma um esboço preliminar e a traços largos. Nesse percurso analítico, há a oportunidade para, primeiro, notar que, na educação, “a aceleração revolucionária ocorreu *avant la lettre*”, para, depois, referindo-se ao momento presente, concluir que estamos perante um novo e complexo processo de mudança das políticas e administração da educação, influenciado e condicionado pelo quadro internacional em que o país se move, embora ainda restem elementos oriundos da revolução, sobretudo no plano jurídico e da consagração de alguns princípios orientadores. Um pouco antes de fechar a sua análise havia-se referido ao caráter híbrido atual das mudanças de política e administração da educação em Portugal, que reclama estar presente em todas as áreas de decisão.

Retomando os temas económicos, mas em abordagem de natureza sobretudo microeconómica, Sílvia Sousa traz-nos um contributo sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal. Desse estudo resultou a indicação que, entre os países da Europa do Sul, Portugal se destaca por, até aos dias de hoje, apresentar taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho significativamente superiores às observadas nos demais países, designadamente, Espanha, Itália ou Grécia, registando valores em linha com os observados nos países nórdicos. O objetivo do estudo realizado foi procurar explicar a situação particular de Portugal, recorrendo a uma abordagem quantitativa de natureza macro, complementada por uma abordagem micro. Os resultados sugerem que *o 25 de Abril* foi um acontecimento determinante também na participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal, e que tal poderá estar associado ao impacte que o casamento e a maternidade têm na decisão das mulheres portuguesas de trabalhar.

Também centrada na condição e evolução da situação das mulheres é o texto com assinatura de Ana Maria Brandão. Embora se intitule “O caminho da igualdade: as mulheres portuguesas cinquenta anos depois de *Abril*”, a análise, que não se restringe às variáveis económicas, vai bem antes no tempo, remontando ao final da década de 1920 e à visão do papel das mulheres que era mantido pelo Estado Novo. Em traços gerais, esse contributo faz um retrato do caminho percorrido pelas mulheres portuguesas desde então, sinalizando os ganhos em matéria de paridade de tratamento e reconhecimento social trazidos pela *Revolução de 25 de Abril de 1974*. Sublinha, a esse respeito, que os desenvolvimentos trazidos pela revolução são o culminar de alterações que estavam em curso desde a década de 1960, tendo as alterações legislativas que impactavam com as mulheres sido feitas rapidamente e tendo grande abrangência em matéria de áreas contempladas. Pese isso e os desenvolvimentos que se sucederam nos 50 anos seguintes, assinala Ana Maria Brandão que “ainda há caminho a percorrer”.

Reportados à problemática da evolução do ensino superior e da ciência e tecnologia em Portugal, existem dois textos, um de Carlos Fiolhais e outro de José M. González-Méijome, Hernâni Gerós e Nuno Castro. Os autores de ambos os textos convergem na afirmação de que a *Revolução de 25 de Abril de 1974* proporcionou um grande impulso ao desenvolvimento do ensino superior e da ciência e tecnologia em Portugal.

No seu contributo, Carlos Fiolhais começa por se referir ao ambiente social e político vivido pelas escolas portuguesas de ensino superior nos últimos anos do Estado Novo, que classifica de tenso e agitado. Destaca, também, o papel assumido por José Veiga Simão, cuja sua ação entende ter sido precursora do *25 de Abril de 1974*. Em matéria de destaques, refere-se, igualmente, a José Mariano Gago, que foi ministro em dois governos, e, segundo ele, foi “a figura de mais relevo na ciência em Portugal nos últimos 50 anos” por, particularmente, ter posto em prática um plano de modernização e internacionalização da ciência portuguesa. Concluindo o seu ensaio, Carlos Fiolhais reclama que “o enorme desenvolvimento da educação superior e da ciência e tecnologia é uma das marcas maiores que *Abril de 1974* nos deixou”, para depois defender que “Continuar e alargar o caminho percorrido até agora é cumprir uma das esperanças que se abriram há 50 anos”.

Por sua vez, José M. González-Méijome, Hernâni Gerós e Nuno Castro entendem que ciência e liberdade estão intimamente ligadas. Muito embora a ciência possa desenvolver-se em ambientes não democráticos, não será uma ciência livre que explore todo o potencial da criatividade humana que trouxeram até nós as descobertas mais relevantes dos últimos quase três séculos. A liberdade e a democracia, para se manterem, requerem um grande contributo da ciência para formar a população, promover uma cidadania plenamente informada e guiar as atuações dos decisores políticos com base em factos e não apenas em convicções ou orientações dogmáticas.

No seu ensaio, os ditos autores, exploram a relação entre liberdade e ciência para, conforme dizem, melhor se compreender em que medida os eventos sociais e políticos que levaram Portugal a um

regime democrático a partir de 1974 tiveram impacte considerável na atividade científica e na formação avançada nos últimos 50 anos. Nesse documento, incluem testemunhos de académicos que viveram na primeira pessoa aqueles momentos desde a perspectiva das áreas científicas em que desenvolveram a sua atividade, a Biologia, as Ciências da Terra, a Física, a Matemática e a Química, e que, deste então, contribuíram para a consolidação da Ciência em Portugal, em particular desde a Escola de Ciências da Universidade do Minho.

De uma área científica muito diferente das antes invocadas veio o contributo de Eduardo Fernandes, com o autor a sublinhar logo no parágrafo inicial que “O 25 de Abril de 1974 alterou profunda e decisivamente, em todos os aspetos, a vida do nosso país”, com consequências manifestas, também, no campo da arquitetura. Nesse texto, na primeira secção, é apresentada uma síntese muito interessante da evolução da arquitetura e debate que a propósito foi mantido durante o Estado Novo, e na segunda secção são analisadas as mudanças e ruturas verificadas, onde toma papel central a referência ao Programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), um programa de promoção de habitação económica instituído pelo primeiro Governo Provisório.

Eduardo Fernandes diz, a propósito, que subsiste a ideia generalizada que há ensinamentos que podem ser retirados desse programa que podem ser transportados para o presente no ensejo de dar resposta às carências de habitação que têm sido tornadas bem patentes nos derradeiros anos, e do direito da população à cidade e à arquitetura. Em concreto, reclama que os princípios fundadores do programa SAAL são consensualmente admitidos como boas práticas na abordagem ao problema habitacional, “mesmo tendo em conta que os problemas de carência habitacional que afetam hoje a população portuguesa não são comparáveis à situação vivida em abril de 1974, nem nas causas, nem no tipo, nem nos números”.

Se Eduardo Fernandes nos trouxe uma referência aos princípios organizadores da resposta à crise habitacional que se fazia sentir em 1974, diferente, nos seus fundamentos, da de hoje, Pedro Martins

entendeu propor-nos um “Balanço [...] dos primeiros 50 anos de Democracia em Portugal”, 50 anos que foram também de desafios vários, a nível político, social e económico, como também está sinalizado no título que escolheu. No essencial, o balanço que é feito pelo autor em questão refere-se ao que foi o exercício da Democracia neste período, e foca-se nos desafios políticos enfrentados e nos que se configuram no presente.

Desenvolvendo argumentos e indo buscar referências ao passado político-institucional nacional, Pedro Martins diz-nos, a dado passo, “que não se pode *contestar*, [...] que, desde a Revolução do 25 de Abril, vivemos em *Democracia*”. Adiantando que, “Antes de 1974 tal enquadramento institucional igualitário nunca tinha existido em Portugal: nem formalmente, nem na prática social e política, sem prejuízo da existência de propostas republicanas francamente democráticas, pelo menos desde o século XIX”. Com esta referência ao século XIX, Pedro Martins quer invocar as vivências democráticas de períodos anteriores, em particular, da segunda metade do século XIX, dizendo a esse respeito que “os republicanos contestaram e repudiaram a monarquia constitucional por considerarem que, a despeito de ser constitucional e nominalmente liberal, na verdade não representava nem poderia jamais representar pela sua própria natureza hereditária os interesses da nação e do povo português”.

Por outro lado, reportando-se aos desafios do exercício da democracia e ao contexto institucional do respetivo exercício atual, questiona-se sobre o afastamento dos cidadãos da vida política, com expressão, nomeadamente, na elevada abstenção nos atos eleitorais que vão acontecendo. A esse propósito, diz olhar para tais incidências não tanto como resultado de desinteresse dos cidadãos nacionais pela política democrática ou de repúdio da Democracia representativa, mas, sobretudo, “como um ato de protesto contra a forma como a generalidade dos partidos políticos e os deputados exercem a sua função de representação política”. Concluindo, temos no texto do autor antes citado quer a dimensão de retrato/leitura do que foram os 50 anos de democracia em Portugal que sucederam à *Revolução de 1974* quer

apontamentos de interpretação dos desafios enfrentados pelas democracias no presente, em particular em Portugal, e contributos para a resposta que importa procurar, em nome de valores maiores, como o da democracia e da igualdade de direitos políticos dos cidadãos.

José Palmeira traz-nos também um contributo da Ciência Política, mas, neste caso, no essencial, desprendido da componente de história das ideias políticas e sociais. Lembra que Portugal foi o primeiro e o último colonizador, tendo a guerra colonial, conforme já amplamente destacado, tomado um papel central na queda do regime político autoritário em vigor em Portugal até abril de 1974. Também foi um passo incontornável no caminho para a adesão às Comunidades Europeias, embora Portugal não preenchesse todas as condições económicas requeridas para a adesão, sendo que, para este efeito, prevaleceu por parte das instâncias de Bruxelas o critério político, igualmente aplicado por essa ocasião à Grécia e a Espanha.

Entre muitas outras coisas a que se refere José Palmeira, ofereceu-se-nos trazer para esta introdução a de que, segundo o dito autor, a influência externa de Portugal aumentou significativamente com a liberalização e a democratização do seu regime político. Mais adianta que “O mar sob a sua soberania e jurisdição e a língua portuguesa dão profundidade estratégica a Portugal. A diáspora e a diplomacia portuguesas constituem-se também em ativos, a par dos tratados e alianças que vinculam o país no sistema internacional”.

O contributo que incluímos como último capítulo deste livro invocativo da *Revolução de 25 de Abril de 1974* tem natureza historiográfica e foco de análise os acontecimentos em Braga em 25 de abril e nos meses que se seguiram, até 28 de setembro de 1974. É um levantamento de situação construído a partir do que foi publicado no jornal *Correio do Minho*. Daí se poderá concluir, conforme o fazem os autores do estudo, que, em Braga, esse dia e esse acontecimento extraordinário “Não foi a madrugada inteira e limpa com que Sophia descreveu os acontecimentos do dia 25 de abril em Lisboa, nem a morte de Portugal que Jaime Nogueira Pinto anunciou ao ver as chaimites entrar na cidade”. Por contraponto da “agitação, tensão e vórtice experimentados

nas áreas metropolitana de Lisboa e do Porto e nos campos do Alentejo, em Braga, em sentido restrito e em sentido amplo, “as coisas haviam de se processar sem grandes sobressaltos”, tendo-se assistido, ao invés disso, “a uma pacífica e singular transferência do poder”.

No contributo trazido por Fátima Moura Ferreira e Bruno Madeira vamos, também, encontrar referência ao papel ativo desempenhado nesse processo social e politicamente transformador operado em Braga e nos municípios do distrito por algumas personalidades cujos nomes muitos recordarão ainda ou que, felizmente, ainda estão entre nós, como é o caso de José Manuel Mendes, que nos presenteou com um texto que é, simultaneamente, memória e documento desse tempo. Entre esses nomes, retenham-se os de Victor de Sá, historiador, que, com José Manuel Mendes e vários outros democratas de Braga, organizou e discursou na manifestação que ocorreu a 26 de abril de 1974 na Praça do Município, em Braga, José Ferreira Salgado, que foi membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Braga e, durante bastantes anos, diretor do jornal *Correio do Minho*, António Sousa Fernandes que, sendo padre, não deixou de ser membro ativo do Movimento Democrático de Braga e, mais tarde, Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para além de professor da Universidade do Minho, Joaquim Santos Simões, que em 1969 participou no 2º Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, e foi candidato da CDE por Braga na campanha “eleitoral” para a Assembleia Nacional, e que, em 1974, foi proposto para Governador Civil de Braga mas que o governo presidido por Adelino da Palma Carlos nunca nomeou para o cargo, António Mota Prego, Manuel Tinoco de Faria, Manuel Rocha Peixoto,...

Referências

Avelãs Nunes, António (2024). Cinquenta anos depois de Abril. Está quase tudo dito, mas há muito que fazer. *Seara Nova*, 1766 (Primavera - Edição Especial), 13-15.

Fischer, Thomas (2024). *Entre cravos e cardos*. Lisboa: Edições 70.

INTRODUÇÃO

Fonseca, Manuel, e Saraiva, Nuno (2024). *25 de Abril: no princípio era o verbo*. Lisboa: Gerra e Paz, Editores, Lda.

Léonard, Yves (2024). *Breve história do 25 de abril*. Lisboa: Edições 70.

Oliveira, Luísa Tiago (2024). *A caminho do 25 de abril: uma organização clandestina de oficiais da Armada*. Lisboa: Edições 70.

Silva, Manuel Carvalho (2024). Conquista no trabalho e nos direitos sociais: avanços e recuos na construção do estado social de direito democrático. *Seara Nova, 1766* (Primavera - Edição Especial), 36-41.

Santos, António Costa (2024). *Antes do 25 de abril: era proibido*. Lisboa: Autor, e Guerra e Paz, Editores, Lda.

Soares, José Pedro (2024). A Revolução de Abril, um grande passo em frente na vida dos Portugueses *Seara Nova, 1766* (Primavera - Edição Especial), 7-12.

